

DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO ESTADO DE ALAGOAS

Lucas Victor Lopes Correia Feijó
Centro Universitário CESMAC - Maceió/AL, Brasil
lucasfeijo.mcz@gmail.com

Eduarda Costa Sarmento Lima
Centro Universitário CESMAC - Maceió/AL, Brasil
eduardasarmento.direito@gmail.com

Zelinda Maria Albuquerque Pinheiro
Centro Universitário CESMAC - Maceió/AL, Brasil
zelindapinheiro@cesmac.edu.br

Victoria Fernandes de Oliveira
Centro Universitário CESMAC - Maceió/AL, Brasil
victoriaferoli29@gmail.com

Sônia Maria Albuquerque Soares
Centro Universitário CESMAC - Maceió/AL, Brasil
soniaalbuquerque@cesmac.edu.br

Resumo: Na contemporaneidade, tem-se intensificado a discussão acerca da problemática referente ao adolescente em conflito com a lei e seus impactos na sociedade, além das medidas socioeducativas previstas com o intuito de reintegrá-los e educá-los para o convívio social. Esse problema está diretamente relacionado a um contexto violento, em que há o envolvimento de menores no crime, que vem crescendo cada vez mais no Brasil e no mundo, conforme os estudos de Silva (2023). Consequentemente, os desafios são significativos na promoção dos direitos humanos, especialmente no contexto da socioeducação desses adolescentes, como se pode facilmente perceber em notícias divulgadas diariamente em jornais e veículos de comunicação. O objetivo do projeto é investigar, sob a perspectiva dos princípios dos direitos humanos, as políticas públicas inclusivas no processo socioeducativo de reintegração social de adolescentes em conflito com a lei no Brasil e, mais especificamente, no estado de Alagoas. Para tanto, busca

compreender como o sistema socioeducativo do estado contribui para a inclusão social, a reabilitação e a proteção dos direitos desses adolescentes, considerando os desafios enfrentados na implementação dessas políticas. Nessa perspectiva, a pesquisa desenvolve-se a partir da metodologia de pesquisa qualitativa, sendo investigadas políticas públicas inclusivas no processo socioeducativo de reintegração social de adolescentes em conflito com a lei no Brasil e em Alagoas, bem como o que existe na doutrina a respeito da problemática levantada, envolvendo literatura jurídica e interdisciplinar diretamente relacionada à informação acerca do assunto, tais como, entre outros, os textos Andrade, Carvalhães e Silva (2023), Alves (2022), Borges (2019). Dando continuidade, é realizada uma averiguação documental, pelo exame de relatórios, planos e programas governamentais referentes à socioeducação e reintegração social dos adolescentes infratores em Alagoas que foram divulgados em sites específicos e com a averiguação in loco de documentos na Superintendência de Medidas Socioeducativas (SUMESE). Com a pesquisa, constata-se que as políticas públicas voltadas para a ressocialização dos jovens em Alagoas destacam-se pela educação e a formação profissional como instrumentos essenciais para a transformação de crianças e adolescentes, oferecendo-lhes condições adequadas para a reestruturação de sua saúde mental, da sua estrutura familiar e para a sua reintegração à sociedade. Assim, em relação às diretrizes normativas, o estado de Alagoas apresenta uma estrutura adequada, em busca do cumprimento das normas estabelecidas e que a SUMESE encontra-se atendendo políticas públicas voltadas para profissionalização dos jovens e para a garantia dos estudos e documentações básicas, além de assistência à saúde para os que se encontram no complexo.

Palavras-chave: Políticas públicas; Adolescentes; Reeducação social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anyelle Karine de; CARVALHAES, Flávia Fernandes de; SILVA, Rafael Bianchi. (Org.). **Infâncias e adolescências nas tramas das políticas públicas**: olhares interdisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2023.

ALVES, Yasmin Cabral. Adolescentes em conflitos com a lei e a (in)eficácia das medidas socioeducativas. 2022. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/. Acesso em: 16 maio 2024.

BORGES, Éverton André Luçardo. Adolescente Infrator e políticas públicas para ressocialização. **Revista Âmbito Jurídico,** n. 117, 2019. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista. Acesso em: 9 maio 2024.

SILVA, Eva Medianeira Rodrigues da. Natureza jurídica das medidas sócioeducativas e a responsabilização do adolescente infrator: considerações críticas. 2023. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstrea. Acesso em: 03 maio 2024.